



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 680195 - SP (2021/0219514-3)

RELATOR : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
DANILO PEREIRA LEITE - SP349333
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : RAFAEL FERNANDO TEIXEIRA MOREIRA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de RAFAEL FERNANDO TEIXEIRA MOREIRA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Agravado em Execução n. 0003302-17.2021.8.26.0482).

O paciente cumpre "pena de 31 (trinta e um) anos, 1 (um) mês e 24 (vinte e quatro) dias de reclusão, pela prática de três delitos de roubo (dois deles com causas de aumento), cujo término está previsto para 10/10/2044" (fl. 52).

A parte impetrante sustenta que o paciente sofre constrangimento ilegal em razão de lhe assistir o direito de progressão ao regime semiaberto.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para lhe deferir a progressão de regime.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Extrai-se da decisão impugnada:

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da 5ª Câmara de Direito Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: Acolheram a preliminar arguida, para cassar a r. decisão que não conheceu da progressão de regime feita pelo agravante, devendo, por consequência, retornar os autos à origem, para que nova decisão seja prolatada, determinando-se que o pleito de progressão ao regime semiaberto seja conhecido, analisando-se, concretamente, o

cumprimento dos requisitos legais para sua eventual concessão. V. U., de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo, em especial porque a reversão do entendimento de origem quanto ao não preenchimento do requisito subjetivo escapa do campo de atuação desta Presidência em liminar no plantão.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente